



Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Portal: www.montesiao.mg.gov.br

DESPACHO

**PREGÃO ELETRÔNICO PE 078/2025
PROCESSO LICITATÓRIO PRC149/2025
REGISTRO DE PREÇOS RP 062/2025
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO
DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO-PERECÍVEIS PARA AS SECRETARIAS
MUNICIPAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIAO/MG.**

Trata-se do pedido da impugnação ofertada pelas empresas PROFI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA E DMS COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE CAFÉ LTDA., enviadas as peças impugnatórias em 1º de dezembro de 2025, tempestivamente solicitando a retificação da descrição do item café e a isenção das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte da apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis.

A empresa DMS COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE CAFÉ LTDA, solicita a alteração da descrição do item café suprimindo a Certificação ABIC por ser uma certificação privada que atesta a qualidade e pureza do café de algumas empresas o que causa limitação na contratação afastando licitantes que não possuem tal certificação, o que fere o Princípio da Competividade. O Órgão Federal que pode afirmar e certificar a qualidade e pureza do café é o MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária, sendo assim o único Registro a ser exigido.

A empresa PROFI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, solicita a dispensa da exigência da apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, alegando que no Código Civil em seu artigo 1.179 dispensa a escrituração contábil para o pequeno empresário e que a LEI 123/2006 prevê tratamento diferenciado as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

É o breve relatório. Passamos, pois, a tecermos nossas considerações.



Prefeitura Municipal de Monte Siao

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Portal: www.montesiao.mg.gov.br

Quanto ao alegado pela empresa DMS COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE CAFÉ LTDA. verificamos a veracidade das alegações apresentadas e comunga da mesma opinião, sendo acolhidas as razões recursais, optando pelo cancelamento do item café pela impossibilidade de prorrogação do certame licitatório devido o fim do ano. Acrescento que para o item será feita a alteração na descrição do item, suprimindo a Certificação ABIC e a publicação de um novo edital para a contratação do item.

Quanto a alegação da empresa PROFI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA verificamos no Decreto 8.538/2015 em seu art. 3º: “Na habilitação em licitações para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais, não será exigido da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social.” Ou seja, a habilitação econômico-financeira de ME/EPP não deve ser exigida, nos editais, quando **o objeto for fornecimento de bens para a pronta entrega ou para a locação de materiais**. No entanto, para a contratação de obras, serviços e BENS DE ENTREGA PARCELADA, que é o caso desta licitação, a Administração deve exigir a habilitação econômico-financeira dos licitantes, inclusive das ME/EPP. Cabe registrar que a ata decorrente de Sistema de Registro de Preços não é considerada pronta entrega, caso em que deve ser exigido o balanço patrimonial da ME/EPP. A presente licitação já estabelece a preferencia de contratação com as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. A Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) em seu artigo 69 dessa lei estabelece que a habilitação econômico-financeira será demonstrada, de forma objetiva, pela apresentação de balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, além da certidão negativa de falência/insolvência. Ou seja, agora podem ser exigidos os balanços dos dois últimos anos, aumentando o escopo de análise das finanças do licitante. Há, contudo, uma salvaguarda para empresas novas: se o licitante tiver menos de 2 anos de constituição, os documentos contábeis se limitam ao último exercício encerrado. Essa evolução normativa demonstra que o legislador reforçou a necessidade de transparência financeira, sem dispensar micro ou pequenos empreendedores dessa obrigação. Importante notar que essa obrigação legal vale para qualquer participante da licitação, incluindo microempresas, empresas de pequeno porte



Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Portal: www.montesiao.mg.gov.br

e microempreendedores individuais (MEIs). A legislação especial das licitações, por sua natureza, impõe essas exigências a todos os concorrentes, visando resguardar o interesse público na contratação. No âmbito das leis de licitação, não há exceção expressa que dispense MEIs ou microempresas de apresentar balanço patrimonial – as únicas flexibilizações são aquelas gerais, como a possibilidade de exigir apenas o último balanço para empresas constituídas há menos de dois anos (no caso da Lei 14.133) e os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 que não incluem isenção de demonstrações contábeis. O TCU reafirmou esse entendimento no **Acórdão nº 2586/2024 – Plenário**, nesse julgado, ao apreciar um recurso, o Tribunal adaptou a redação da orientação anterior para o contexto da Lei 14.133/2021. Ficou consignado que, **em licitações sob a égide da Lei 14.133**, o MEI – mesmo dispensado de escrituração contábil pelo Código Civil – *deverá apresentar, quando exigido para comprovação de sua boa situação financeira, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social, salvo nas hipóteses de dispensa de documentação previstas no art. 70, inciso III, da Lei 14.133/2021*. A referência ao art. 70, III, diz respeito a casos excepcionais em que a própria lei de licitações permite a dispensa de documentos de habilitação (por exemplo, contratações de menor valor com entrega imediata e pagamento único, conforme limites legais). Fora dessas situações excepcionais, **o entendimento do TCU é peremptório: MEIs estão obrigados a apresentar suas demonstrações contábeis nas licitações**, assim como qualquer outra empresa. Ou seja, a jurisprudência do TCU tem sido consistente em **não admitir tratamento favorecido além do previsto em lei**, reforçando que a exigência de balanço patrimonial é regra geral para todos os licitantes. Diante de todo o exposto não acolhe-se as razões recursais, mantendo-se a exigência editalícia.

Por fim, acolhemos totalmente a impugnação DMS COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE CAFÉ LTDA. e não acolhemos a impugnação da empresa PROFI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, assim mantendo inalteradas das condições do Edital e cancelando o item café pelo vício apresentado na descrição do produto, o qual será licitado posteriormente, prosseguimos com a licitação.



Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Portal: www.montesiao.mg.gov.br

Encaminha despacho e autos do processo para decisão e emissão de despacho da Autoridade Superior.

Salvo melhor juízo, essa é a decisão.

Monte Sião, 04 de dezembro de 2025.

Allestrandra Regina Alves
ALLESSANDRA REGINA ALVES

Pregoeira Oficial